

INFORMATIVO 1ªCCR

DIREITOS SOCIAIS E FISCALIZAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL

Informativo quinzenal da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

SUMÁRIO TEMÁTICO

- 2 INFORMES DA 1ª CCR
- 5 VOTOS DE DESTAQUE
- 7 SAÚDE
- 8 COVID-19
- 11 EDUCAÇÃO
- 12 PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 13 PATRIMÔNIO PÚBLICO
- 14 FISCALIZAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS



DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

INFORMES DA 1ª CCR

[1CCR ganha 20 escritórios de administração para coordenar Projeto MPeduc](#)

MPEDUC

[Integrantes do MPeduc iniciam revisão metodológica do programa](#)

COVID-19

[Lançada publicação sobre ações coordenadas do Ministério Público no enfrentamento da covid-19](#)

SAÚDE

[Lei torna obrigatória a divulgação na internet de estoques públicos de remédios](#)

PREVIDÊNCIA

[GTI Previdência e Assistência Social da 1CCR discute enfrentamento da fila de perícias](#)

FISCALIZAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

[Câmara conclui votação do arcabouço fiscal e preserva Fundeb e FCDF](#)

MEMBROS TITULARES

- Lindôra Maria Araujo – Coordenadora
- Eduardo Kurtz Lorenzoni
- Nívio de Freitas Silva Filho

MEMBROS SUPLENTE

- Francisco Xavier Pinheiro Filho
- Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

INFORMES DA 1ªCCR

EM DESTAQUE

1CCR ganha 20 ofícios de administração para coordenar Projeto MPEduc



Em 23/8/2023.

Fonte: Secretaria de Comunicação do MPF.

Foi publicada, no último dia 10, a Portaria PGR/MPF nº 601/2023, que cria 20 ofícios de administração vinculados à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão (1CCR), destinados a atender o projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc). Cinco deles têm a atribuição de coordenar nacionalmente o projeto, ao passo que aos outros 15 cabe a coordenação regional, atendendo a 26 estados e ao Distrito Federal. Os membros titulares serão designados pelo PGR a partir de indicação da 1CCR. [Leia mais.](#)

1CCR aprova requerimento para tornar o MPEduc um projeto estratégico extraordinário

Em 23/8/2023.

Fonte: Secretaria de Comunicação do MPF.

O colegiado da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão (1CCR) aprovou em 7 de agosto, por unanimidade dos presentes em sua 10ª Sessão Ordinária de Coordenação, requerimento para reestruturar o programa Ministério Público pela Educação (MPEduc) por meio de um projeto estratégico extraordinário. O objetivo é que, além de ser um instrumento de fomento da atuação do Ministério Público brasileiro na temática de educação, a iniciativa se torne, também, uma ferramenta de avaliação e aperfeiçoamento das políticas públicas nacionais de educação básica. [Leia mais.](#)

Integrantes do MPEduc/1CCR iniciam revisão metodológica do programa

Em 23/8/2023.

Fonte: Secretaria de Comunicação do MPF.

Os integrantes da Coordenação do projeto MPEduc estiveram reunidos em Brasília nos dias 17 e 18 de agosto, para tratar da reestruturação metodológica do projeto. Durante o encontro, foram revisados os formulários que serão aplicados a gestores de unidades de ensino; gestores municipais de educação; e conselhos sociais.

Os questionários tratam de aspectos estruturais, pedagógicos, alimentação escolar, inclusão, programas do governo federal e funcionamento dos Conselhos Sociais. Além dos formulários, audiências públicas e visitas às escolas vão ajudar na elaboração de um diagnóstico sobre a situação da educação básica nos municípios em que o MPEduc atuará - aqueles de até 100 mil habitantes, localizados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, inicialmente. [Leia mais.](#)

1CCR e Ministério da Saúde se reúnem para tratar de temas ligados à saúde digital

Em 28/8/2023.

Fonte: Secretaria de Comunicação do MPF.

O Ministério Público Federal (MPF), por meio do Grupo de Trabalho (GT) Saúde, vinculado à Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral (1CCR), se reuniu com servidores do Ministério da Saúde (MS) para entender o funcionamento da Secretaria de Informação e Saúde Digital (Seidigi), bem como apresentar os trabalhos do GT à recém-criada pasta. Conduzida pela procuradora da República Ticiane Nogueira, coordenadora do grupo, a reunião também tratou da importância do MS contar com sistemas informatizados confiáveis para tratamento dos dados em saúde. A reunião ocorreu na última quinta-feira (24), por videoconferência.

Durante a reunião, a coordenadora do GT pontuou a importância do princípio da transparência no tratamento dos dados em saúde. Como exemplo, citou o acesso a contratos que deveriam ser disponibilizados de forma pública, mas que estão disponíveis apenas mediante acesso com CPF e outros dados. A procuradora afirmou também sobre a necessidade de transparência nos normativos do MS e sugeriu que eles sejam disponibilizados em um único local para facilitar o acesso. Atualmente, as normas estão disponíveis de formas diferentes em cada departamento. [Leia mais.](#)

1CCR defende direito à saúde pública em seminário sobre judicialização na Câmara dos Deputados

Em 04/9/2023.

Fonte: Secretaria de Comunicação do MPF.

“Precisamos aprender com a judicialização da saúde, no que ela tem sido benéfica e no que tem atrapalhado o sistema público como um todo. Neste ponto, o Ministério Público Federal (MPF) tem o papel importante de auxiliar nas questões coletivas”. A afirmação é do procurador da República Fabiano de Moraes, que representou a Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do MPF (1CCR) em seminário promovido pela Câmara dos Deputados no último dia 31.

O evento, organizado pelas Comissões de Saúde e de Combate ao Câncer no Brasil, teve como tema central a integração das Unidades de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon) e dos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon). O membro do MPF defendeu a otimização dos recursos públicos da saúde, com ações preventivas e políticas estruturantes. “A gente sabe que as pessoas precisam de tratamentos e medicamentos de maneira urgente, mas precisamos pensar na saúde como um direito de todos”, afirmou. [Leia mais.](#)

1CCR participa de audiência pública para debater política de dispensa de próteses e órteses pelo SUS

Em 01/9/2023.

Fonte: Secretaria de Comunicação do MPF.

O Ministério Público Federal (MPF) participou, nessa quarta-feira (30), de audiência pública para discutir os problemas e os desafios enfrentados por pacientes e profissionais de saúde na política de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No encontro, realizado em Brasília e promovido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a ênfase foi para os itens voltados à atenção das pessoas com deficiência.

O procurador da República Fernando Rocha de Andrade, que atua no Rio Grande do Norte, representou a Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral (1CCR) do MPF no evento, na condição de integrante do GT-Saúde. Ele compartilhou a parceria firmada, em 2022, entre o MPF, o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e o Laboratório de Inovações Tecnológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para fiscalizar e apurar possíveis irregularidades na dispensação de órteses, próteses e materiais especiais no país. [Leia mais.](#)

FLUXO DE PROCEDIMENTOS DA 1ªCCR

SITUAÇÃO	QUANT.
Saldo anterior (07 AGO 2023 – após a 12ª Sessão de Revisão de 2023)	145
Entradas (Procedimentos distribuídos entre 08 AGO 2023 e 21 AGO 2023)	178
Saídas (Procedimentos julgados e Decisões Monocráticas entre 08 AGO 2023 e 21 AGO 2023)	177
Remanescentes (21 AGO 2023 – após a 13ª Sessão de Revisão de 2023)	146

VOTOS DE DESTAQUE DA 13ª SESSÃO DE REVISÃO DE 2023

Procedimento nº 1.28.000.001846/2016-04

 [Íntegra do Voto](#)

RESUMO

O Colegiado da 1ª CCR homologou declinação de atribuições, promovida em favor do Ministério Público do Rio Grande do Norte, de Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades relacionadas à escolha de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A decisão, ao acolher os fundamentos invocados pelo membro oficiante, levou em conta os seguintes aspectos principais: a) a suposta irregularidade praticada circunscreve-se à execução de etapa de sorteio sob a responsabilidade do ente público municipal, afastando-se a atuação do Ministério Público Federal, uma vez que não se vislumbra malversação nas verbas do programa; b) o art. 182 da Constituição Federal preceitua que a política habitacional urbana é matéria de interesse local, cabendo aos municípios o cadastramento e a seleção dos beneficiários do programa, observada a regulamentação do Ministério das Cidades e c) os arts. 3º, § 5º, da Lei nº 11.977/2009, e 23, I e II do Decreto nº 7.499/2011, que regulamentam o PMCMV, atribuem aos Estados e Municípios a seleção dos beneficiários.

Procedimento nº 1.15.002.000179/2022-11

 [Íntegra do Voto](#)

RESUMO

A 1ª CCR homologou arquivamento, relativo a Inquérito Civil instaurado para apurar supostas

irregularidades no rateio de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por determinado município cearense. A homologação acolheu os fundamentos invocados pelo membro oficiante no sentido de que: a) o percentual mínimo legal de 70% foi devidamente cumprido e com sobra; b) mesmo considerando a existência de superávit de recursos, não há direito subjetivo ao recebimento de abono/rateio dos recursos do Fundeb desde que cumprido o mínimo legal e c) o interesse federal, em relação aos serviços financiados com recursos provenientes do Fundeb, circunscreve-se à correta aplicação do numerário nas finalidades que motivaram a transferência de valores, de modo que apenas a malversação poderia, em tese, atrair a competência da Justiça Federal.

INFORMES DO MPF E DE ÓRGÃOS EXTERNOS

TEMÁTICA SAÚDE

EM DESTAQUE

Lei torna obrigatória a divulgação na internet de estoques públicos de remédios

Em 24/08/2023. Fonte: *Agência Câmara de Notícias*.

Foi sancionada sem vetos a [Lei 14.654/23](#), pela qual as farmácias que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS) deverão divulgar os estoques dos medicamentos. O texto sancionado acrescenta a determinação na Lei Orgânica da Saúde. A divulgação dos estoques das farmácias deverá ser feita por meio da internet, com atualização quinzenal, de forma acessível a qualquer cidadão. [Leia Mais](#).

CNMP

[Espírito Santo assina Pacto Nacional pela Consciência Vacinal](#)

Piso da Enfermagem

[Ministério da Saúde abre novo prazo para gestores atualizarem banco de dados](#)

Ministério da Saúde

[Ministério da Saúde divulga lista preliminar com locais de atuação para mais de 8 mil profissionais do Mais Médicos](#)

PGR

[Para PGR, União deve custear procedimentos sem transfusão de sangue já incorporados ao SUS](#)

Ministério da Saúde

[MS faz primeiro repasse de recurso complementar para pagamento do piso da enfermagem](#)

TEMÁTICA COVID-19

EM DESTAQUE

Lançada publicação sobre ações coordenadas do Ministério Público brasileiro no enfrentamento da covid-19

Em 22/08/2023. Fonte: Secretaria de Comunicação do MPF.



“Esta publicação é um testemunho do esforço coletivo, do espírito de solidariedade e da capacidade de superação de colegas procuradores e promotores”. A afirmação foi feita pelo presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e procurador-geral da República, Augusto Aras, no lançamento da publicação *Ações que Salvam: Como o Ministério Público se Reinventou para Enfrentar a Covid-19*, durante sessão

plenária do CNMP. A obra reúne informações sobre as ações coordenadas do MP no combate à pandemia.

Aras explicou que, no âmbito do Ministério Público brasileiro, mais de uma centena de membros e servidores uniram-se na composição do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac). “Nosso mister durante a pandemia foi o de coordenar os trabalhos do Ministério Público brasileiro – os estaduais e os ramos da União – a fim de oferecer estrutura institucional e física para atuação mais célere e eficaz”, ressaltou.(...) [Leia mais.](#)

[Acesse a íntegra da publicação](#)

NOTÍCIAS – COVID-19

Anvisa

[Anvisa recebe pedido de atualização do registro da Pfizer para vacina monovalente contra a Covid-19](#)

Ministério da Saúde

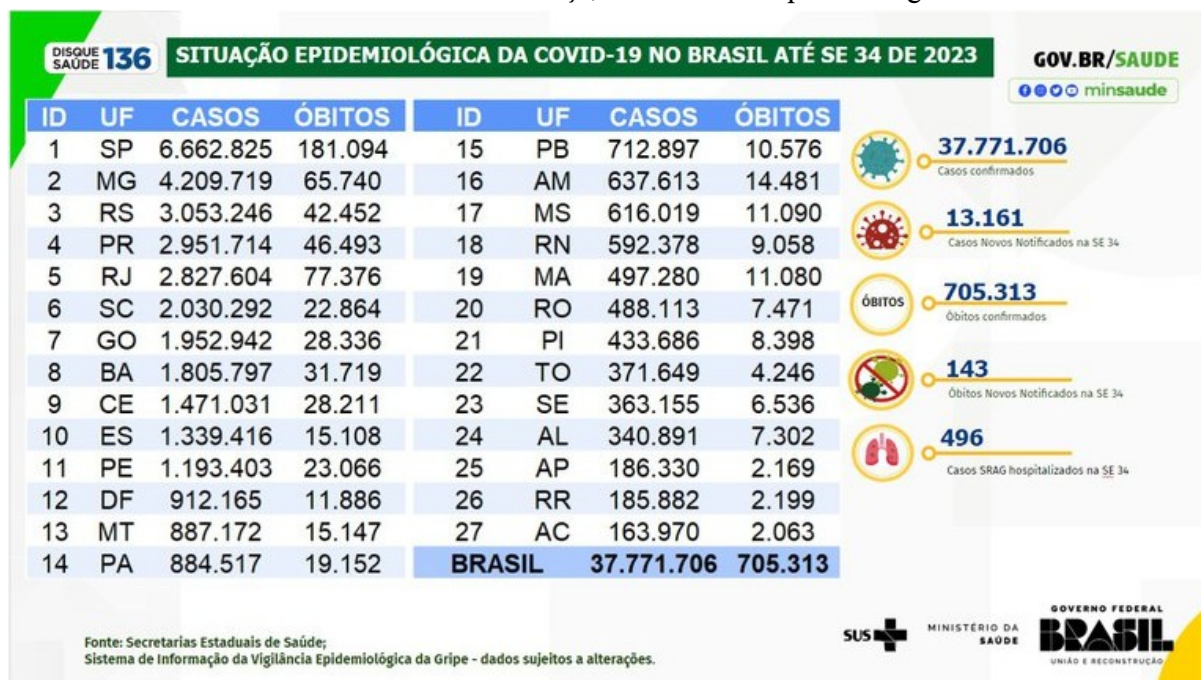
[Confirmado caso da variante EG.5 no Brasil e vacina é principal medida de proteção](#)

Câmara dos Deputados

[Comissão aprova prazo para elaboração de plano de combate à violência contra crianças em pandemias](#)

SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA NO BRASIL

Dados do Ministério da Saúde informam que o Brasil registra 37.771.706 milhões de casos de infecção pelo novo coronavírus e 705.313 mil óbitos decorrentes da doença, até a Semana Epidemiológica nº 34:



Fonte: [INFORMES DIÁRIOS COVID-19](#)

PANORAMA DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 NO BRASIL

População Geral – Vacina monovalente	QUANT.
1ª Dose	184.550.913
2ª Dose	167.253.785
3ª Dose	2.770.741
Dose única	5.054.363
Dose de reforço	105.557.834
Dose adicional	4.960.648
1ª Dose de reforço	1.984.056
2ª Dose de reforço	43.844.534
3ª Dose de reforço	1.028.690
Total de doses aplicadas	517.005.564

População Geral – Vacina bivalente		QUANT.
Reforço		26.213.918
Outras doses		67.825
Total de doses aplicadas		28.213.918
	População Indígena atendida pelo SASISUS	População Quilombola
Dose 1	627.289 (89%)	604.329
Dose 2 e dose única	545.513 (77%)	560.888
Dose adicional	-	24.037
Dose de reforço	305.204 (43%)	513.033
Dose 2º reforço	-	146.207
Total de doses aplicadas	1.478.006	1.848.494

Fonte: [Painel de Vacinação](#) do Ministério da Saúde

TEMÁTICA EDUCAÇÃO

EM DESTAQUE

Segue para sanção projeto que exige divulgação da lista de espera por vagas em escolas e creches públicas

Em 30/08/2023. Fonte: Agência Câmara de Notícias

A Câmara dos Deputados aprovou projeto que determina ao poder público divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches. A proposta será enviada a sanção presidencial.

A medida consta do Projeto de Lei 335/19. Nesta quarta-feira (30), os deputados rejeitaram em Plenário a emenda do Senado ao texto da Câmara. A emenda previa o encaminhamento oficial da lista ao Ministério Público e ao conselho tutelar da respectiva localidade na primeira semana do ano letivo e, novamente, no segundo semestre letivo de cada ano. [Leia Mais.](#)

NOTÍCIAS – EDUCAÇÃO

TCU

[Auditoria do TCU aponta fragilidades no Novo Ensino Médio](#)

Câmara dos Deputados

[Vetada proposta que obriga o fornecimento de uniforme escolar na educação básica pública](#)

Ministério da Educação

[Escola em Tempo Integral já teve adesão de 3.416 municípios](#)

CNMP

[Comissão estimula a atuação do MP para garantir a retomada de obras paralisadas da educação básica](#)

Senado Federal

[Senado aprova política de qualidade de vida para profissionais da educação](#)

Ministério da Educação

[Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: GT da Primeira infância é instalado](#)

TEMÁTICA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EM DESTAQUE

Grupo de Trabalho Interinstitucional Previdência e Assistência Social da 1CCR discute enfrentamento da fila de perícias

Em 25/08/2023. Fonte: Secretaria de Comunicação MPF



Foto: Comunicação/MPF

O Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) Previdência e Assistência Social, vinculado à Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do Ministério Público Federal (1CCR/MPF), se reuniu, nessa quinta-feira (24), na sede da Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília. Entre as pautas debatidas no encontro, destaca-se a implementação do Programa de Enfrentamento da Fila da Previdência Social, instituído pela Medida Provisória 1.181/2023.

Conduzida pela procuradora regional da República Zélia Luiza Pierdoná, coordenadora do grupo, a reunião contou

com a participação do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto, além de representantes da Defensoria Pública da União (DPU), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), da Secretaria do Regime Geral de Previdência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). [Leia Mais.](#)

NOTÍCIAS – PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência

[Decreto presidencial institui grupo de trabalho para propor melhorias na gestão dos benefícios do INSS](#)

Câmara dos Deputados

[Comissão aprova BPC para pessoas com distúrbios ou transtornos mentais incapacitantes](#)

Atestmed

[Segurados com perícia marcada podem enviar atestado e ter benefício concedido mais rápido](#)

Ministério da Previdência

[Previdência coloca atendimento presencial e humanizado nas agências do INSS como prioridade](#)

TEMÁTICA PATRIMÔNIO PÚBLICO

EM DESTAQUE – PATRIMÔNIO PÚBLICO

Novo PAC inicia construção da segunda ponte que ligará Brasil e Uruguai

Em 31/8/2023. Fonte: Ministério dos Transportes.

Demanda histórica para aumentar a integração entre Brasil e Uruguai, a construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, na BR-116/RS, está mais próxima de se tornar realidade com o Novo PAC. O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, publicou no Diário Oficial da União desta quinta-feira (31), o edital que abre a licitação para a contratação da empresa que ficará responsável pela elaboração dos projetos e pela execução das obras, que incluem o acesso do lado brasileiro e a aduana brasileira. A abertura das propostas está marcada para 16 de outubro, às 15 horas.

- Estrutura de 419 metros de extensão vai ligar as cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai;
- Com ela, o trânsito pesado da ponte Barão de Mauá – única ligação rodoviária entre os municípios atualmente - será desviado;
- Quem trafega pela região contará com mais segurança e fluidez viária.
- O projeto deve contemplar os seguintes lotes: BR-116/RS; trecho: Divisa SC/RS (Rio Pelotas) - Jaguarão (Fronteira Brasil/ Uruguai); subtrecho: entroncamento com a RS-602 (p/ Arroio Grande) - Jaguarão (Fronteira Brasil/ Uruguai); Segmento: km 0,0 - km 9,2;
- O prazo para execução do projeto é de 1.260 dias. [Leia Mais.](#)

NOTÍCIAS – PATRIMÔNIO PÚBLICO

TCU

[Hidrovia do Rio Madeira tem problemas no plano de manutenção aquaviária](#)

Ministério dos Transportes

[Governo Federal publica novas regras para remodelagem de contratos de concessões rodoviárias](#)

TEMÁTICA FISCALIZAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

EM DESTAQUE – ATOS ADMINISTRATIVOS

PGR opina sobre possibilidade de extinção de cargos afastar direito à nomeação de candidatos aprovados em concurso público

Em 23/8/2023. Fonte: Secretaria de Comunicação MPF

O procurador-geral da República, Augusto Aras, manifestou-se no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a possibilidade de a Administração Pública deixar de nomear candidatos aprovados em concurso público dentro do número de vagas previstas no edital. Em parecer no Recurso Extraordinário (RE) 1.316.010, Aras reconheceu a medida como legítima somente em casos excepcionais e motivados por fatos imprevisíveis, como a possibilidade de desequilíbrio fiscal. O recurso é paradigma do Tema 1.164 da Sistemática da Repercussão Geral. Ou seja, a decisão do STF no caso será vinculante e valerá para todos os processos semelhantes que tramitam no Poder Judiciário. [Leia Mais.](#)

Câmara conclui votação do arcabouço fiscal e preserva Fundeb e FCDF

Em 22/8/2023. Fonte: Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados concluiu nesta terça-feira (22) a votação do projeto do arcabouço fiscal (PLP 93/23). Na sessão do Plenário, foram aprovadas três emendas do Senado ao novo regime fiscal para as contas da União, que vai substituir o atual teto de gastos públicos. A proposta será enviada à sanção presidencial. [Leia Mais.](#)

NOTÍCIAS – FISCALIZAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

Câmara dos Deputados

[MPF considera inconstitucional artigo do Estatuto dos Militares que proíbe admissão de pessoas casadas e com filhos em cursos de formação nas Forças Armadas](#)

TCU

[TCU considera improcedente ação que contesta cálculos do Fundo de Participação dos Municípios](#)

A 1ª CCR permanece à disposição pelo e-mail 1ccr@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-6045.